



ESCUta, MISSÃO E MISERICÓRDIA:

ASPECTOS DO ROSTO DA IGREJA NO BRASIL DE HOJE

Nós todos temos consciência dos diversos limites de qualquer *análise de conjuntura*. Elas serão sempre parciais tanto como ponto de vista de quem as apresenta, quanto por deixarem de fora elementos que, sob diferentes abordagens, poderiam ser destacados.

Além disso, eu gostaria de alertar para o fato que os conteúdos da reflexão de hoje já foram abordados inúmeras vezes, sob as mais diversas formas. No entanto, eu me fixo nestes mesmos conteúdos em razão de sua *permanência e aceleração*. O que segue é, portanto, uma reflexão pastoral com duas partes: a realidade que interpela a Igreja e a Igreja que interage com a realidade. Imaginei poder articular esta reflexão com o tema central da Assembleia.

1. A perplexidade e suas lógicas

Em termos de realidade, o olhar pastoral reconhece que, há mais de uma década, ainda que utilizando terminologias diferentes, vem-se falando a respeito das agudas transformações pelas quais o mundo inteiro está passando. Os teóricos podem debater a respeito da melhor terminologia para denominar estas transformações. Quando, porém, a preocupação é pastoral, uma palavra emerge com crescente vigor em nossos dias: *perplexidade*. Este é um termo que penso poder ajudar a compreender pastoralmente o que se passa neste mundo sob aceleradas transformações, não apenas no superficial, mas também e principalmente nas categorias mais profundas de compreensão da vida e conseqüente atuação sobre ela.

Esta perplexidade, bem sabemos, é global, pois atinge os diversos níveis da vida humana: nacional e internacional, pessoal e familiar, afetivo e político e assim por diante. Ela atinge o mais profundo do ser humano: a *identidade*, identidade pessoal, social, política, sexual e religiosa, para permanecer nos campos mais relevantes. Num tempo, portanto, de questionamento até mesmo das cláusulas pétreas existenciais, não há como não ficar perplexo.

Diante da perplexidade, emergem algumas possibilidades de reação, as quais, na prática, se misturam:

- Lógica da flexibilidade e mobilidade nos critérios, em todos os campos da vida, inclusive nos campos ético e religioso, assunto já tão debatido.
- Lógica da individualidade, da solução para cada um, com grande dificuldade para olhar o todo, para se sentir parte do conjunto, com a hipervalorização dos *meus* projetos, meus sonhos... É a atração das carreiras solo em detrimento da participação no coral.
- Lógica do imediate, da solução a curto prazo, dos resultados que estejam apenas ao alcance das mãos, com dificuldade para sonhos maiores e renúncias. A mística do meramente tangível vem reconfigurando projetos existenciais.

Estas lógicas atingem a todos, tornando-se um dos elementos mais desafiadores no atual momento da vida da Igreja no mundo e no Brasil, feita sempre a ressalva de que nem todos são atingidos no mesmo grau, uns mais, outros menos. Todos, porém, são atingidos.

Destacar a perplexidade como eixo de captação da conjuntura não significa abandonar outras questões igualmente desafiadoras. A gravidade a que desejo chamar a atenção diz respeito aos critérios através dos quais se vai interagir com as questões que chegam. Sem clareza dos critérios, a resposta às emergentes questões poderá tender para as três lógicas referidas.



2. Sinais interpeladores do Espírito para nossos dias

Certamente que períodos de perplexidade não nos podem tornar temerosos. Ao contrário, eles têm o valor de quebrar nossas autossuficiências e nos colocar em atitude ainda mais humilde e orante. Nesse sentido, tomo a liberdade de acenar para alguns aspectos que considero interpeladores para nossos dias. Repito que outros poderiam ser indicados. Aqui se trata de uma escolha e uma compreensão pessoais sobre alguns elementos que fornecem, a meu ver, uma chave de interação com a realidade evangelizadora atual, considerando sempre, por certo, as *urgências* na ação evangelizadora, conforme as Diretrizes ora em substituição.

2.1 Uma voz em destaque

O primeiro sinal que considero importante destacar é o Papa Francisco. Num mundo hoje sem vozes nem lideranças significativas, o Santo Padre é, podemos dizer, unanimidade. Sua liderança moral é incontestável. Sua voz é ouvida, sua pessoa é admirada, sua presença é noticiada. Num mundo carente de efetivos de líderes, o Papa Francisco ergue livremente sua voz, não temendo, em exemplos recentes, convidar os criminosos e corruptos para a conversão (MV 19) ou chamar o martírio de martírio...

A questão para nós consiste em não apenas contemplar o Papa, agradecer a Deus pelo Papa e rezar pelo Papa, como ele tanto pede. A questão aqui, para toda a Igreja, nas suas instituições, estruturas e pessoas, é, *mutatis mutandis*, concretizar ainda mais esta mesma autoridade moral, testemunhal e atuante. Se, em qualquer tempo, a Igreja sabe que, por vocação, precisa manifestar sua voz - e quanto tem sido feito ao longo dos séculos - muito mais num tempo de perplexidade, em que as referências se tornam indispensáveis.

Não se trata, certamente, de retorno à cristandade, ao tempo da religião única ou hegemônica. A Campanha da Fraternidade deste ano ajudou a refletir sobre as formas da relação entre Igreja e Sociedade, formas capazes de explicitar ainda mais a consciência de serviço manifesta na *Gaudium et Spes*. Num mundo plural, a Igreja não é a única voz. Em clima de testemunho e diálogo, a Igreja sabe que sua mensagem precisa ser dita com firmeza e urgência, ainda que, às vezes, com preço muito alto, enfrentando o embate ético e cultural, onde, por exemplo, a força dos meios de comunicação parece ser mais forte que nossos tradicionais púlpitos na formação das consciências e chegando até mesmo ao martírio cruento de irmãos e irmãs na fé, exatamente *in odium fidei*, como bem recentemente temos visto recrudescer. O desafio consiste, portanto, em *como* ser voz ao mesmo tempo dialogal e firme.

2.2 Uma voz que acolhe

Já faz algum tempo que, em meio ao crescimento da perplexidade, tem igualmente se firmado um rosto de Igreja que se caracteriza pela *solidariedade a partir da cruz*. É uma Igreja que, no dizer do Papa Francisco, não teme sujar-se das lamas existenciais, correndo às pressas para as periferias, tenham estas periferias as formas que tiverem. A novidade está em situações emergentes que desafiam a Igreja a equilibrar, de um lado, a valorização da pessoa humana e, de outro, as expressões e compreensões de fé, principalmente no campo da moral.

Diante disso, o Santo Padre alerta para um critério que me soa fundamental. O Papa recusa o que ele chama de *pastoral de alfândega* (EG 47), entendendo-a como aquela que afeta negativamente a mencionada sensibilidade eclesial em relação à pessoa humana. A pastoral de alfândega pode ser compreendida através da fábula de Procrustes: por não se enquadrar no tamanho da cama, o hóspede estava perdido. Ou era esticado ou mutilado, pois o importante era enquadrar-se ao tamanho da cama.

No extremo oposto, encontramos quem pense que o inverso da pastoral de alfândega seria, no dizer brasileiro, a *pastoral de porteira aberta*, ao estilo de um vale-tudo existencial, onde a



bondade e a misericórdia de Deus são confundidas com a ausência de referências, de critérios. O inverso da pastoral de alfândega não pode ser a da porteira aberta.

O fato é que, insatisfeita com a atitude de alfândega e consciente dos riscos da porteira aberta, também a pastoral enfrenta seu tempo de perplexidade. Por isso, a pergunta: existe um terceiro caminho? Como acolher a pessoa humana sem abandonar os princípios da fé? Como enfrentar situações novas que incomodam o coração dos pastores, os quais percebem nem sempre poderem dar às ovelhas o que elas pedem movidas pela dor, mas também pelas lógicas do imediato e do individual?

2.3 Uma voz que escuta

Creio que o Espírito tem dito à Igreja que, nestes e em todos os casos, a grande atitude é o *acolhimento pessoal* sob as suas variadas formas. Acolhimento aqui significa não o atendimento incondicional das solicitações, fruto do medo de perder freguesia, atitude mais própria de empórios religiosos do que da genuína ação evangelizadora. Acolhimento – por isso, eu o adjectivei como *pessoal* - significa que o primeiro passo consiste em olhar a pessoa humana como tal e estabelecer com ela condições para que, através do encontro interpessoal, a distância entre ela e os princípios da fé seja gradativamente diminuída.

Nesse sentido, o aspecto *escuta* torna-se crucial, desde a escuta interpessoal até a escuta estrutural, ou seja, desde uma Igreja em que uma pessoa encontre outra que a escute, até estruturas de relacionamento interpessoal primário. O Espírito não pede para a Igreja fazer acolhimento de auditório, onde a fala dos sofridos da terra tende muito mais para o marketing arrecadatório. Isso não é escuta. Num mundo de barulhos, de ruídos, mas nem sempre de palavras e, muito menos, de diálogo, as pessoas desejam encontrar quem, gratuita e fraternalmente, as escute, com suas dores e seus sonhos. Na esteira do Papa Francisco, que interrompe o percurso do papamóvel para abraçar os doentes e os sofridos, a voz que hoje se espera da Igreja não é tanto a do discurso no sentido específico do termo. A voz da Igreja é chamada a ser uma voz que *escuta*.

Sabemos que Jesus Cristo é a resposta, mas, num mundo de imanentizações e imediatizações, o que as pessoas pedem são soluções concretas, pontuais e rápidas. Honestamente, nem sempre a Igreja terá todas as respostas que lhe serão pedidas, do modo como lhe serão pedidas, na rapidez com que lhe serão pedidas. Isso, contudo, não pode causar inércia, seja na direção de um fechamento ao estilo da pastoral de alfândega, seja na direção do laxismo da porteira aberta. A evangélica honestidade convida a Igreja a dizer: não tenho como lhe oferecer as respostas que você me pede, mas eu tenho meus ouvidos, meu coração e minha atenção a partilhar com você. Nesse sentido, creio ser importante deter-se um pouco no nº 15 da Bula que instituiu o Ano Santo.

Nestes tempos de perplexidade, o Espírito repete à Igreja a palavra do profeta: “Consolai o meu povo” (Is 40,1). Este é um tempo para consolar e fortalecer a ovelha ferida no momento do desânimo, para que, à semelhança de outro profeta, Elias, as ovelhas, alimentadas e fortalecidas, permaneçam caminhando deserto a dentro rumo ao Senhor (1 Rs 19,3-8). Diante de certas práticas que oferecem soluções concretas, pontuais, como se tivessem o poder de aprisionar a graça de Deus, fechando-se, consciente ou inconscientemente para as ações sócio transformadoras, eu fico com a escuta fraterna, que abraça, que senta ao lado, que ajuda a olhar para a frente. Num mundo da individualização, o atendimento personalizado torna-se condição de interação e reconhecimento.

Nesse sentido, algumas concretizações são importantes. A primeira delas é a *escuta individual*. Junto com o incansável trabalho dos sacerdotes, tanto na reconciliação sacramental quanto na direção espiritual, não seria o caso de se valorizar ainda mais o serviço dos diáconos e dos(as) leigos(as) na escuta? Há várias experiências nesse sentido que podem ajudar muito. Elas merecem ser incrementadas. Creio que ajudará ver os dados da última pesquisa realizada pelo CERIS em parceria com a Promocat, em 2014. Dados numéricos ajudam a objetivar a percepção da



realidade e, no que diz respeito à configuração da Igreja no Brasil, ajudam a entender melhor onde e como se encontram as forças evangelizadoras, a fim de melhor se colocar na atitude de escuta.

Acrescente-se também a possibilidade de grupos onde as pessoas possam exercer este processo humano do falar e do ouvir, sempre, por certo, à luz da Fé. A Igreja não é alfândega nem porteira aberta Tampouco é apenas terapia. Mas, na medida em que faz parte do processo humano falar e escutar e na medida em que nosso tempo tem oscilado nos critérios, nas referências, é preciso abrir espaços também *grupais* para a escuta à luz da Fé. Por isso, junto com todas as atividades assistenciais, das pastorais sociais e de tudo que a Igreja realiza, creio ser importante considerar o acolhimento sob a forma também grupal. Esta experiência já existe, por exemplo, dentro da pedagogia de algumas comunidades terapêuticas. Importa alarga-la para outras realidades.

A *escuta estrutural* é apenas um modo de dizer da importância da experiência eclesial fundada sobre laços humanos primários. Refiro-me às pequenas comunidades, onde, antes de tudo, é a experiência da vida de irmãos(ãs), dos laços primários de confiança, afeto e cumplicidade de vida, que fornece a base humana para a experiência da fé. Estes laços não são conseguidos a não ser nas pequenas comunidades Por isso, a importância do Documento 100, que retoma, sistematiza e fornece caminhos para uma reconfiguração que já vem sendo clamada há algum tempo (Dap 170ss), sendo uma das atuais urgências da ação evangelizadora. Será na vida de irmãos e irmãs que os(as) discípulos(as) de Cristo encontrarão força para ser sal, luz e fermento, para, enfim, agir em questões tão graves quanto as que atingem o mundo e nosso país atualmente.

2.4 Uma escuta que vai ao encontro

Outro aspecto a nos interpelar nestes tempos de perplexidade diz respeito à missão. Perplexidade e missão se articulam muito diretamente. O princípio é simples: maior a perplexidade, maior ainda deve ser a missão. E, na questão missionária, encontramos atualmente a confluência de dois aspectos. Primeiro, é a passagem que o Vaticano II consolidou da concepção de missão apenas como atividade *ad gentes*, para missão como dimensão constitutiva da identidade da Igreja. (AG 2). Segundo, é a tão mencionada perplexidade, que transforma todos os ambientes em espaços de missão.

A questão aqui diz respeito a que, se, por um lado, temos a consciência de que é preciso pensar a missão como contínua, global, multiforme e permanente, por outro, precisamos reconhecer que mudança de mentalidade não é um processo rápido. Foram séculos de domínio da pastoral de conservação. Embora o estado permanente de missão seja também uma urgência, é necessário compreender que o secular hábito pastoral torna o processo mais lento, desafiando a Igreja a o acelerar.

Sabemos que *estado permanente de missão* não se reduz a fazer ações missionárias ao estilo das missões populares. No entanto, sabemos também que, sem gestos missionários fortes, sem a experiência de explícita missão, a passagem de missão como atividade para missão como mentalidade permanecerá lenta, ainda mais quando comparada à rapidez e à virulência com que determinadas propostas de felicidade e paz são apresentadas. Estes momentos missionários pontuais apresentam grande força pedagógica. Assim indica o Santo Padre para o Ano Santo, convocando as Igrejas locais a realizarem “missões populares” (MV 18). Creio, portanto, ser necessário catalisar a perspectiva missionária com experiências bem concretas. No nível interno de cada Igreja Particular, isso pode acontecer, bem sabemos, nos tempos missionários, com a crescente participação também do laicato, outro tema que os senhores vão continuar o estudo nesta Assembleia.



2.5 A urgência da misericórdia

Em tudo isso, importa identificar um viés apto a conduzir transversalmente a ação evangelizadora em nossos dias, fornecendo conteúdo, identidade, rosto, para tudo que a Igreja fizer. A meu ver, este viés foi oficializado pelo Papa Francisco ao convocar toda a Igreja para o Ano Santo da Misericórdia

De fato, a misericórdia é uma das maiores necessidades de nosso tempo e, recordando o que eu dizia antes sobre a contribuição específica da Igreja para nossos dias, o que dela se pede neste momento da história é que seja sinal transbordante e interpelador da misericórdia de Deus. Diante da perplexidade, a Igreja é convocada a manifestar sua voz e esta voz haverá de ser transversalmente pautada pela misericórdia de Deus. O número 4 da Bula é muito claro nesse sentido.

Os insuportáveis índices de violência e a sensação de impunidade clamam por solução imediata. Nas ruas, por exemplo, pessoas pedem a volta, no Brasil, de períodos históricos pelos quais possivelmente nem passaram. Se tivessem passado, não pediriam. Porém, é preciso ver fatos deste tipo como expressões de uma descrença que faz pendularmente solicitar atuação considerada firme para pôr ordem no que se experimenta como caos. Não importa tanto se esse exemplo que eu escolhi foi, nas manifestações de rua, pilhéria ou desejo real. Importa compreender este e outros tantos fatos como expressões de uma crença no poder da força, do castigo e da vingança. Daí a dúvida: estaremos, portanto, voltando aos tempos de um grosseiro talião, como norma de vida, como regra de convívio? Estaríamos vendo passar em nossa frente uma sociedade do *bateu, levou?*

Com que critérios estão sendo enfrentadas as grandes questões nacionais, como, por exemplo, a redução ou não da maioria penal e, com ela, o conjunto do sistema penal brasileiro? A sensação de impunidade aumenta a perplexidade, gera a sensação de menosprezo e, no conjunto dos valores maiores de pessoas e grupos, fortalece o castigo e a vingança, que são, então, renomeados como justiça. A perplexidade descrente faz vez na violência e na vingança o novo nome da justiça. Não seria este espírito vindicativo um sério indício da separação entre o Evangelho e a cultura ocidental (cf. EN 20)? A retirada dos crucifixos das paredes e as contendas jurídicas sobre Bíblias nas bibliotecas são exemplos de uma retirada maior a que alguns estudiosos chamam de *exculturação* do Evangelho. A vindicalização da justiça vem confirmar este fato. O Santo Padre, na Bula de instituição do Ano Santo, afirma que “é triste ver como a experiência do perdão na nossa cultura vai rareando cada vez mais. Em certos momentos, até a própria palavra parece desaparecer” (MV 10).

Aqui entra a peculiaridade do cristianismo: “ouvistes o que foi dito; eu, porém, vos digo” (cf Mt 5,21ss). O processo fechado da causa e efeito não é capaz de transformar pessoas e sociedades. Se, num tempo da história humana, o talião agiu como um freio a punições desproporcionais, a novidade do Reino de Deus reside exatamente na misericórdia como critério de compreensão da vida, ultrapassando em muito a lógica fechada do talião, da causa e efeito, do bateu-levou. “Se a vossa justiça não superar a dos escribas e fariseus...” (Mt 5,20). A misericórdia é o conteúdo transversal da voz e dos atos da Igreja nestes tempos.

Não há dúvida que a morte de alguém nos agride, ainda mais quando é a morte violenta de um inocente. Não há dúvida que a chacina de um cristão *in odium fidei*, seja onde for, atinge todos os cristãos. Não há dúvida que o uso do nome de Deus para a exploração e a morte fazem o sangue subir à cabeça. Se assim não fosse, não seríamos humanos nem cristãos. A questão, porém, não é a indignação. No que diz respeito à indignação, a Igreja se soma a todos que não pactuam com a violência e a morte.

A questão, bem sabemos, é o modo como os cristãos, na fidelidade ao seu Senhor, reagem a tudo isso. É aqui, pois, que entra a misericórdia e o desafio de traduzir para o testemunho pessoal e para as práticas pastorais o mandamento de ser misericordioso como o Pai do Céu é misericordioso. Trata-se da justiça não da vingança, mas a da misericórdia. Penso que a misericórdia, com tudo que ela implica, seja a grande mística a iluminar a ação evangelizadora dos tempos em que nos encontramos. Num tempo em que o rosto da relação com Deus, isto é, a



concepção de religião, tende a ser o rosto do mercado, a Igreja é convidada a manifestar o rosto misericordioso do Pai. Em sua Bula, o Santo Padre destacou que “a arquitave que suporta a vida da Igreja é a misericórdia. Toda a sua ação pastoral deveria estar envolvida pela ternura com que se dirige aos crentes. No anúncio e testemunho que oferece ao mundo, nada pode ser desprovido de misericórdia. A credibilidade da Igreja passa pela estrada do amor misericordioso e compassivo” (MV 10).

Como, pois, ajudar os cristãos e cristãs a construírem seu testemunho pessoal e engajado com base exatamente na misericórdia que olha a pessoa e a separa da situação vivenciada? Como contribuir para que as estruturas pastorais olhem primeiro para a pessoa humana, vendo-a como irmã, para, só depois e a partir daí, corajosamente encarar as outras questões, algumas das quais já mencionadas aqui como novos desafios, especialmente no campo da moral? As questões do próximo Sínodo assim o indicam.

A misericórdia não nos deixa aquietar diante, por exemplo, do argumento de laicidade do Estado. Ambiguamente compreendido e algumas vezes tendenciosamente utilizado, este conceito não pode atar nossas mãos, cobrir nossas bocas, vendar nossos olhos ou, pior, acomodar nossos corações e nossas mentes. Se, algumas vezes, precisaremos utilizar argumentos jurídicos para enfrentar a tendenciosidade com que a laicidade do Estado é apresentada, eu não tenho dúvida de que o testemunho pessoal e institucional da misericórdia tem força suficiente para vencer resistências e amenizar tendenciosidades.

Os senhores haverão de indicar, a partir da Bula Pontifícia do último sábado, os caminhos para celebrar o Ano Santo. Creio, contudo, que, em torno das portas santas, convites a um novo caminho, além das igrejas abertas mais tempo, além de maior disposição para o sacramento da penitência, além da escuta a que me referi antes, seja preciso pensar também em gestos fortes o suficiente para interpelar a sociedade brasileira e cada realidade local a uma espécie de *comoção de misericórdia*.

Por tudo isso...

Resumindo, penso que a Igreja de nossos dias permanece desafiada pela *perplexidade*, fenômeno ambíguo, porque traz em si, por um lado, a chance de um salto qualitativo e, por outro, o risco da perda da identidade. O caminho vem sendo feito através de vidas e práticas pastorais acontecendo em todo canto. Destaquei como referência a pessoa, as palavras e atitudes do Santo Padre e reiterarei que o atual momento nos pede a aceleração da postura missionária que, em atitude de escuta e a partir das periferias, vai contagiando a sociedade com a misericórdia. E assim, pela escuta e pela missão, “a todos, crentes e afastados, possa chegar o bálsamo da misericórdia como sinal do Reino de Deus já presente no meio de nós” (MV 5).